

AS IDENTIDADES CRISTÃS EM UMA SOCIEDADE NÃO CRISTÃ: GÊNERO, HOMOSSEXUALIDADE E SEXUALIDADE

EVANILDA TELES DOS SANTOS PEDROSA¹

RESUMO

O desenvolvimento da sociedade contemporânea consiste em seguir as regras, mas com certa flexibilidade, o que difunde do dogmatismo imposto pela igreja cristã. Voltemos a análise da sociedade holística, as normas ligadas a religião assumem a forma de mando, assim um interdito, uma sanção, uma desobediência ao que é proposto por esses princípios fogem a regra, sendo a homossexualidade um desses 'desvio' das normas. A igreja evangélica brasileira legitima a difusão de um discurso religioso que reforça a instituições (família, escola, estado) e práticas sociais que colaboram para a manutenção de uma hierarquização da sociedade, exercendo o seu poder performativo na construção das identidades, na compreensão e no enquadramento dos modos de vida na contemporaneidade. Esta característica muito peculiar da contemporaneidade nos remete as confissões sobre o ativismo religioso e um amplo conflito sobre a importância dos direitos humanos, uma vez que a preocupação da esfera religiosa sobre os direitos humanos concentra-se no cenário político e econômico, nos interesses do Estado. Tais aspectos nos faz refletir sobre as encruzilhadas eruditas sobre as questões de gênero e a religião, de certo que as tensões existentes entre as esferas públicas e privadas acaloraram a modernização dos costumes, perpassando pelas instituições religiosas de modo cada vez mais dogmático.

¹ Mestra em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia PPGERC/ UESB, pesquisadora na linha de etnia, gênero e sexualidade; vanyh4@hotmail.com.



Palavras-chaves: Gênero, Homossexualidade, Religião

INTRODUÇÃO

A igreja contemporânea no Ocidente tem enfrentado várias provações no que diz respeito ao pluralismo religioso que vem enfrentado na sociedade pós-cristã. Tal fenômeno se deve, em grande parte, a três fatores: o processo de secularização, o declínio do cristianismo devido ao aumento em alternativas religiosas e o desenvolvimento da sociedade pós-moderna. Deste modo, a igreja cristã tem se ocupado com a doutrina bíblica a fim de educar os seres humanos para o “encontro” com Deus.

Segundo Stott (2019, p. 94), “os cristãos podem influenciar a sociedade até mesmo quando ela rejeita fortemente a fé cristã”, o que por sua vez, elucida o caráter disciplinador e dogmático da igreja no que diz respeito ao casamento, as práticas sexuais e educação familiar.

As ambiguidades utilizadas neste percurso da pesquisa quando se referem aos cristãos em uma sociedade não cristã aponta a direção que pretendemos levar no decorrer desta pesquisa, cujo foco principal é compreender a formação identitária dos jovens homossexuais sob os interditos das famílias protestantes.

A igreja possui em sua caracterização inicial um padrão de normatização e imposição das regras sociais para alcance da “salvação” e da graça divinal. Assim, seu caráter disciplinador orienta a vida em sociedade, as práticas sexuais, os papéis de homens e mulheres, a regularização do estado-nação e até mesmo a educação e o casamento, apregoando um modelo nuclear de família patriarcal.

Ao estudar a História do Cristianismo ao longo dos séculos, observamos que as diversas mudanças ocorridas no pensamento social não foram o bastante para a mudança do caráter disciplinar da igreja. Desde a igreja primitiva, cujas referências cristãs, estão nas figuras dos



Apóstolos Paulo e Pedro, vemos que os papéis de homens e mulheres eram questionadas socialmente, o silenciamento feminino, a admoestação da sexualidade e da criação dos filhos de forma mais rígida.

A regulação social proposta pela igreja tem se difundido até os dias atuais, pois temos vivenciado nos últimos dias uma sociedade marcada pelo medo, pela subordinação e aprisionamento das identidades, de vozes que querem dominar os seus corpos, suas vidas em prol dos seus direitos e liberdade sexual. Assim, ponderamos esta discussão sobre a construção das identidades de jovens homossexuais de famílias cristãs protestantes e a luta contra o silenciamento por parte dos mesmos e da igreja.

OS AFEMINADOS NO "CÉU" NÃO ENTRA, NÃO!

O debate que ocorre hoje na igreja e na cultura mais ampla sobre a homossexualidade não é nada menos que feroz. O poderoso instituto do acasalamento religioso sob a óptica humana consiste no discurso do binarismo e o que foge a essa regra é estigmatizado como aberração.

Nas esferas culturais, na política, religião e educação, questões relacionadas à homossexualidade e a pessoa homossexual são onipresentes e objetos de calorosas controvérsias nos discursos. Por um lado, a reivindicação dos direitos sociais e das políticas públicas em prol da comunidade LGBTQIA+ por outro lado a repreensão acalorada da igreja com seus discursos discriminatórios, proibições e exclusões.

O texto de Gênesis 19:1-29 tem sido tradicionalmente considerado a clássica história bíblica sobre a homossexualidade. No entanto, uma vez que ela não trata diretamente de relações homossexuais consensuais, não podemos afirmar que é o texto "referência" para orientação da ética e moral cristã da sociedade pós-moderna. Deste

modo, pode-se elucidar que não está ligada a homossexualidade e atribuí-la a outros fatos, como a falta de hospitalidade, o qual era considerado uma falta grave nas sociedades antigas.

A referência à imoralidade sexual nessa passagem bíblica e ambígua (embora provavelmente se refira a atos homossexuais), o panorama apresentado pela passagem bíblica não sugere em parte alguma que os homens tinham consciência de que os visitantes eram anjos ou de que os homens desejavam ter sexo com os anjos, essa interpretação parece forçada. O que se pode notar neste texto é que a liberdade sexual de um grupo sempre gerará a difamação do outro.

Para Allberry (2018), por si só o texto de Gênesis pode parecer uma condenação. Todavia, outras partes do Antigo Testamento acusam Sodoma de pecados bastante diferentes: opressão, adultério, mentira, estímulo ao crime, arrogância, complacência e indiferença para com os pobres. Nenhuma delas menciona a conduta homossexual. Então onde estão as práticas homossexuais na interpretação da literatura bíblica? Será uma forma de controle promovida pela igreja judaico-cristã?

Neste jogo político dos rótulos está à destruição social dos corpos homossexuais, o que deve ser veementemente combatido, porém no acalorado discurso entre homossexualidade e religião não podemos quiçá as questões sobre gênero, sexualidade e políticas de corpos. Mas o que leva uma sociedade enfatizar o domínio de um sexo (biológico) sobre o outro? A elucidar o poder da masculinidade, colocando a mulher num espaço de domínio e submissão? A equiparar a heteronormatividade como sinônimo de grandeza?

A REGULAÇÃO DOS CORPOS HOMOSSEXUAIS, AS CONFIGURAÇÕES DE GÊNERO OS E DISCURSOS NOS RELIGIOSOS

Com a ascensão do feminismo nas sociedades ocidentais revelam-



se inúmeras mudanças ocorridas nos papéis de homens e mulheres nas últimas décadas. As questões de gênero e sexualidade cruzam as fronteiras, e por isso às vezes torna-se mais difícil combinar a história do gênero com a história mundial, pois a mesma é vista cada vez mais em termos de processos compartilhados. Assim, os valores de gênero são profundamente pessoais, faz parte da identidade pessoal de cada sujeito, sendo eles tão importantes quanto os contatos culturais.

Desta forma, ao se estudar as identidades a partir das diferenças sexuais, esbarraremos nos aportes da cultura que torna o aporte da pré-social e pré-discursivo sobre as diferenças inerentes aos corpos sexuados. Assim, podemos nos debruçar sobre as ponderações da Butler (1999) segundo a qual a diferença sexual pode levar a uma coisificação do gênero, da identidade de gênero e da sexualidade.

Uma vez que a sociedade humana começou na base de pequenos grupos de pessoas, em bandos de caçadores e coletores. Estas organizações sociais foram avançando, o que enfatiza as distintas formas de organizações sociais e culturais dentro de um grupo com seu mundo exterior. A medida em que elas se desenvolveram, a partir dos contatos e limitações, das trocas culturais, os sistemas de gênero – as relações homem e mulher – definindo papéis e atribuindo “funções” e “padrões” para cada sexo.

Kofes (1994) elucida que o gênero é um instrumento que mapeia um campo específico de distinções, cujos referentes falam da distinção sexual; quer onde estejam os sujeitos concretos, substantivos, homens e mulheres, quer onde nem mesmo encontremos esses sujeitos.

Assim, com a evolução das organizações sociais a deterioração da figura feminina tornou-se cada vez mais uma tendência em determinadas civilizações, limitando as mulheres de terem direitos agrícolas, possuir bens e o domínio de seu próprio corpo. Este impacto poder simbólico de domínio e poder categorizado ao sexo masculino,



deu ao homem a ideia de "superiores". Assim, culturalmente os sistemas patriarcais enfatizavam a fragilidade das mulheres e sua inferioridade. Insistiam nos deveres domésticos e a restrição das mulheres transitarem em espaços públicos. A atuação nestes espaços, assim como os papéis atléticos, era reservada para a figura masculina.

Deste modo, quando gênero se coloca como um conjunto de questões sobre o que ainda não sabemos e quando mulheres são entendidas em si mesmo como uma construção (não os papéis das mulheres, mas 'mulheres'), então gênero torna-se uma maneira de interrogar as complexas fontes que fazem das mulheres uma "coletividade flutuante" digna de atenção política e acadêmica (SCOTT, 2012).

Nesse sentido um dos problemas em destacar apenas a construção social é que isso retira o foco central da identidade dos sujeitos e seus papéis sociais junto a coletividade. O fundamentalismo biológico ver o corpo fora das suas relações sociais, como se fosse necessário houver "permissão" para fazer o que está fora da norma. "Enquanto não podemos exatamente separar nossos corpos de nós mesmos, nós podemos cogitar a ideia de que corpos não são o suficiente para providenciar uma segura definição de identidade, papéis e orientação sexual" (SCOTT, 2012, p.337).

Uma vez que as configurações do conceito de *habitus*, elencados por Bourdieu está presente nos modelos educacionais propostos pelas famílias, pela religião, nas formas de reprodução dos valores e no cotidiano dos sujeitos. Nesta permissa, vale ressaltar que as diferenças são construídas na coletividade, e quem infringe as normas, transgredi os corpos.

Segundo Louro (2008), nas últimas décadas houve uma maior compreensão e reconhecimento da pluralidade de gênero e sexual, advinda, mormente, da luta dos movimentos feministas e das nomeadas



minorias sexuais, no caso, os grupos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTTI) contestando as normas regulatórias que defendem, por exemplo, a heterossexualidade como legítima e desconsiderando outras possibilidades de desejos afetivos e sexuais.

Assim, a constituição do sujeito na pós-modernidade tange a lente das transgressões e regulações da sociedade ocidental. A homossexualidade neste viés é uma dessas normas desviantes fortemente enquadradas e classificadas como anormalidades, estando exclusão do conceito do padrão ideal de indivíduos, proposto pelo patriarcado. A construção da identidade desses sujeitos passou apontada, criticada, violada em suas formas de representação e de significados.

É evidente, então, que o comportamento genético ou intrauterino no que diz respeito à homossexualidade é indireto e não dominante, pois o comportamento humano é resultado de uma mistura complexas de desejos biologicamente relacionados (desenvolvimento cerebral genético, intrauterino e pós-natal), influências familiares e ambientais, psicologia humana e escolhas repetidas. Qualquer que seja a orientação sexual, ela está longe da predestinação ou do determinismo biológico.

Deste modo, as interpretações do conceito de gênero perpassam o determinismo biológico, vai muito além do SER HOMEM ou SER MULHER, a construção social e histórica dos sujeitos não está atrelada a genitália, mas pautada num viés social de dominação e poder.

Nessas experiências, há um deslocamento entre o corpo e a sexualidade, entre o corpo e subjetividade, entre o corpo e as performances de gênero. Ainda que a binariedade esteja presente como uma matriz de construção dos sentidos, negociados para sujeitos que transitam entre o masculino e o feminino, essas experiências negam, ao mesmo tempo, em que os significados que atribuem aos níveis constitutivos de suas identidades sejam determinados pelas diferenças

sexuais (BENTO, 2006).

Com a expansão social o conceito de sexualidade foi atrelado ao de gênero e por esse motivo influenciou determinantemente a forma do que deveria ser "homem" ou ser "mulher", tendo como base o determinismo biológico que condicionam os corpos físicos de ambos os sexos. Butler (2014) elucida que,

Dizer que gênero é uma norma não é exatamente o mesmo que dizer que existem visões normativas de feminilidade e masculinidade, mesmo que tais visões normativas claramente existam. Gênero não é exatamente o que alguém "é" nem precisamente o que alguém "tem". Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume (BUTLER, 2014, p.253).

Scott (1990) propõe que, no seu uso apenas descritivo, gênero é somente um conceito associado ao estudo de coisas relativas às mulheres, mas não dispõe de força de análise suficiente para propor mudanças nos paradigmas históricos postos. Para a autora, gênero está relacionado as relações de poder.

Portanto, as diferenças que tange o macho e a fêmea nos determinismos biológicos, em especial aos órgãos sexuais, são vistas como justificativas naturais para diferença socialmente construída sobre as desigualdades de gênero. Uma vez que as mulheres tratadas como objetos simbólicos, circulando com a ideia de pouco valor, mesmo que embora os homens são afetados pelas exigências da virilidade, as violências simbólicas são acometidas a todo tempo nas políticas de domínio dos corpos.

A forma particular de dominação simbólica de que são vítimas os homossexuais, marcados por um estigma que, à diferença da cor da pele ou da feminilidade, pode ser ocultado (ou exibido), impõem-se através de atos coletivos de categorização que dão margem as diferenças



significativas, negativamente marcadas, e com isso a grupos ou categorias sociais estigmatizadas. Como em certos tipos de racismo, ela assume, no caso, a forma de uma negação da sua existência pública, visível.

Neste contexto, o gênero é expresso através das relações sociais entre os sujeitos o que desta forma nos faz refletir sobre todas as formas de compreensão social, cultural e histórica sobre os corpos, a sexualidade, os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres e os atravessamentos para aqueles que “desviam” das normas. Foucault (1984) evidencia que é no contexto da formação da sociedade burguesa moderna, que o Sexo e a Sexualidade passaram a ser tematizados nas várias especificidades científicas, na medicina, na psiquiatria, na psicologia e na pedagogia, principalmente alocando-se estes sujeitos em campos da “normalidade” ou da “anormalidade”.

A opressão como forma de “invisibilização” traduz uma recusa a existência legítima, pública, uma construção social, uma ficção coletiva da ordem “heteronormativa”, que se constituiu, aliás, em parte contra o homossexual, e lembrando a diversidade extrema de todos os membros dessa categoria construída, o movimento tende (é uma outra antinomia) a dissolver de certo modo suas próprias bases sociais, aquelas mesmas que ele tem que construir para existir enquanto força social capaz de reverter a ordem simbólica dominante e para dar força à reivindicação de que é portador (BOURDIEU, 2003).

A categoria gênero tornou-se profundamente relevante no estudo das percepções analisadas a partir das discussões sobre identidades e homossexualidade. Nos termos de Scott (2005), os símbolos culturais (religiosos) colocados na vida social evocam múltiplas representações diferentes (e até mesmo contraditórias), formando toda uma simbologia em torno do ser homem e ser mulher.

Para Foucault (1999), o sujeito produz-se nas relações de poder



como um efeito do discurso. Assim, ele não tem controle sobre o seu discurso, tornando-se sólido a partir dos espaços que o mesmo ocupa, ou seja, ele não faz o que quer, mas aquilo que lhe é permitido dentro do seu grupo. Neste sentido, quando tratamos da homossexualidade é quase impossível conter os discursos distorcidos pela sociedade e especialmente no seio das religiões judaico-cristãs.

É, portanto, diante de discursos frágeis que o ser humano transforma a realidade de grupos minoritários em práticas sociais violentas. Podemos elucidar a ideia do Foucault (1996) chamou de dispositivo da sexualidade, pelo qual a sexualidade seria produzida e regida, assim como o sexo, e disciplinada. Este fato é marcadamente notório nas igrejas quando conduz seu dogmatismo para o controle da sexualidade e das relações sexuais de seus adeptos como uma relação de domínio e poder sobre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a sexualidade humana passa a assumir um papel importante no controle social tendo a igreja como uma aliada a dominação e poder sobre a outridade. As relações sexuais são apregoadas pela igreja para acontecerem apenas após o casamento, sendo assim uma forma de controlar os jovens e seus corpos das experiências sexuais e por sua vez evitar as relações entre seus pares e iguais.

Uma vez que a sexualidade humana passa a ser uma forma de controle social e econômico, pois tais aspectos influenciarão no controle da taxa populacional e na manutenção do capital social, passamos a observar que a dominação dos corpos pelo poder eclesiástico está mais atrelada ao viés político-religiosa do que as suas oratórias convencionais de "salvação".

O discurso religioso é capaz de criar formas e práticas de



consentimentos pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento. Ou seja, ao transformar uma experiência particular em pretensamente universal, inferioriza-se qualquer outra possibilidade de experiência social (BOURDIEU, 2003). Evidentemente as instituições religiosas tomam o corpo masculino como medida de todas as coisas, reforçando a domesticação das mulheres, bem como se envolvendo nas práticas de vários agentes, bem como a atuação de importantes agências sociais, por como é o caso da família.

Se as instituições em geral violam os direitos, como elas permanecem exercendo seu poder normativo até os dias atuais? Somos sujeitos regulados pelo viés ideológico (econômico) de um agente social, uma vez que como reguladora das ações do Estado, ela tenta exercer sobre os corpos o poder neutralizador, aprisionando-o em seus dogmas. Trata-se de discutir o inconsciente histórico nas relações sociais, nas relações de poder, interferindo na construção das identidades dos sujeitos.

A deflagração deste conceito de naturalização do discurso de gênero pelo viés religioso é uma questão provocativa na contemporaneidade. A identidade sexual dos indivíduos poderá ser estabelecida apenas com a operação dos cromossomos? A orientação sexual é outra uma questão? Assim, as discussões acerca da homossexualidade no contexto do protestantismo brasileiro perpassam os mecanismos impostos pela heteronormatividade. A concepção de identidade sexual defendida pela igreja é altamente biológica, ou seja, o sexo dos indivíduos é definido pelo caráter da “Criação”, homem e mulher.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Conceitos Fundamentais**. Editado por Michael Grenfell; Tradução de Fábio Ribeiro. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.



BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Tradução Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. Cadernos pagu (42). Tradução: Cecilia Holtermann. **Revisão: Richard Miskolci**, janeiro-junho, 2014.

FOUCAULT. História da Sexualidade I: **A Vontade de Saber.** 13ª Ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.

FOUCAULT. **Religion ad Culture.** New York, Routledge, 1999.

FOUCAULT. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 1986.

FREIRE, Jurandir. A Construção cultural da diferença dos sexos: Sexualidade, **Gênero e Sociedade**, [S.L], ano 2, nº 3-8, jun. 1995.

FREUD, Sigmund e Ludwig Binswanger. **Correspondance 1908-1938.** Paris, Calmann-Lévy, 1995.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: Para inglês ver: **Identidade e política na cultura brasileira.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1982.

FRY, Peter. Homossexualidade masculina e cultos afro-brasileiros. In: Para inglês ver: **Identidade e política na cultura brasileira.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1982.

FRY, Peter. **Mediunidade e Sexualidade.** Religião e Sociedade, n.1, 1977, pp.105-123.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade?**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 10ª Edição. DP & A editora, 1998.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: T. T. SILVA, (Org.), **Identidade e Diferença.** Petrópolis: Vozes, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade.** 2ª Edição. Autêntica, Belo Horizonte 2000.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MODESTO, Edith. **Religiosidade e Homossexualidade: como conciliar?**

"ETNICIDADES, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: OLHARES PARA DIFERENTES TERRITÓRIOS"

XIX SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

VI ENCONTRO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

VI FÓRUM DE EDUCAÇÃO: LEIS 10.639/03 E 11.645/08, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.

VI ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

I FESTIVAL DAS ARTES: ANCESTRALIDADES EM MOVIMENTO

CANTINHO DO GRIÔ

Vida Pastoral • ano 55 • nº- 297, 2011.

MOTT, Luiz, & CERQUEIRA, M. **Causa Mortis: Homofobia**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2001.

MOTT, Luiz. A Revolução Homossexual: o poder de um mito. **Revista USP**, São Paulo, nº 49-50, março/maio, 2001.

MOTT, Luiz. História da Homossexualidade no Brasil. Cronologia dos Principais Destaques. **Anais do X Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros**,

NATIVIDADE, Marcelo. **Uma Homossexualidade santificada? etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 2010.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. **As novas Guerras Sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

STOTT, John. **O Cristão em uma Sociedade não Cristã**. Tradução: Markus Hediger. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2019.